



A USINA HIDRELÉTRICA DE TRÊS MARIAS, O DESENVOLVIMENTISMO SELETIVO E O PAPEL DE INTELLECTUAIS

Dilma Andrade de Paula*

Após a “Era Vargas”, na conjuntura política redemocratizadora, a Constituinte de 1946 foi o canal para a recepção, debates e disputas de muitas das demandas estaduais e regionais relacionadas à criação de infraestrutura. Essas demandas foram canalizadas em Comissões, como foi o caso da Comissão do Vale do São Francisco¹, que definiu áreas econômicas estratégicas no curso do imenso Vale do São Francisco. Tal experiência de planejamento e intervenção em uma bacia hidrográfica inspirou-se naquelas realizadas nos Estados Unidos (Vale do Tennessee), na Índia, no México, dentre outras.

A Comissão que elaborou o primeiro plano da CVSF foi composta por uma equipe de intelectuais de diversas áreas, indicados pelos partidos políticos, sobretudo o Partido Social Democrático, sendo o engenheiro Paulo Peltier de Queiroz seu Diretor Superintendente. Internamente, foi composta pelas diretorias de Planos e Obras, dirigida pelo engenheiro Lucas Lopes e a de Produção e Assistência, dirigida pelo agrônomo Oscar Espínola Guedes, do Ministério da Agricultura. Além de contar com inúmeras agências estatais e privadas para serviços de consultoria e trabalhos de ordem técnica.

Lucas Lopes (1911-1994)², intelectual ligado o PSD mineiro, foi o grande articulador do projeto da usina hidrelétrica de Três Marias, que fora definida pela comissão como “obra-chave” para regular o São Francisco (1991, p. 106). A barragem foi construída de 1957 a 1961, localizada no município de Três Marias, no Alto São Francisco, fruto do acordo entre a Cemig (então Centrais Elétricas de Minas Gerais, criada em 1952) e a CVSF. A usina (suas duas primeiras turbinas foram inauguradas em 1962, sob a presidência de João Goulart) está localizada no município de mesmo nome e a 276 km de Belo Horizonte (atualmente, por estradas de rodagem).³ Esse trabalho faz um histórico dessa obra, identificando o seu papel na

* Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia. Projeto financiado pela Fapemig.

¹ A Comissão do Vale do São Francisco foi criada, então, em 15 de dezembro de 1948, cumprindo o art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1946. Operou entre 1949 e 1950 e apresentou ao Congresso seu Plano Geral em dezembro de 1950, já sob o governo Eurico Dutra, que levou longo tempo em tramitação, sendo aprovado somente em 1955, embora tocasse as obras de um “Plano de emergência” (Cf. PAULA, 2012).

² Sobre a sua trajetória enquanto “intelectual orgânico”, ver: ARAÚJO, 2010.

³ Essa comunicação traz uma síntese de artigo anteriormente publicado, em co-autoria com Leandro José Nunes, a quem agradeço a cessão e colaboração (NUNES e PAULA, 2014).

etapa desenvolvimentista brasileira, a partir da concepção de Estado integral, de Antônio Gramsci (2000).

As obras, monumentais para a época, se concentraram junto à foz do rio Borrachudo, nos municípios de Corinto e São Gonçalo do Abaeté. A estação ferroviária mais próxima era a de Corinto, na Estrada de Ferro Central do Brasil, da qual distava cerca de 100 km, por onde foram escoados boa parte do material para as obras (CVSF. Barragem de Tres Marias. Condições Gerais para apresentação de proposta de execução. Acervo Memória. Doação de Lucas Lopes. Doc. 90 000 286, p. 1). Foram também utilizadas ligações rodoviárias, pela recém criada rodovia Belo Horizonte-Brasília e por outra estrada construída para tal fim, de 93 km, partindo de uma rodovia estadual no município de Corinto. Ademais, foi construído um pequeno campo de pouso dentro da área do acampamento, destinado a pequenas aeronaves.

A execução do projeto necessitou de aproximadamente 3.500 trabalhadores, organizados em dois turnos de 10 horas cada e cerca de 500 técnicos especializados, incluindo capatazes, engenheiros e pessoal administrativo. Na margem direita do rio Borrachudo foi construída uma cidade temporária planejada para acomodar em torno de 10 mil habitantes e dotada de vários serviços públicos, compreendendo 122 residências, 26 grandes alojamentos para solteiros, 2 escritórios administrativos, um centro comercial, 2 escolas, hospital e clube, vila de trabalhadores com 650 casas, embrião do que atualmente é a cidade de Três Marias.

Numa época em que ainda não havia Estudos de Impacto Ambiental, tampouco Relatório de Impacto Ambiental, o conjunto de obras envolvendo a inundação de cerca de 1.132 km² pelo reservatório, requereu uma organização visando: a) ao levantamento e mapeamento de terras, propriedades e populações atingidas; b) avaliação e desapropriação de terras; c) relocação de estradas e estabelecimento de balsas. Para tornar esse trabalho mais rápido, os grupos de campo foram equipados com uma frota de jeeps, lanchas, tratores leves para abertura de estradas de penetração e desmatamento, além de aeroplano para 4 ocupantes.(BRASIL. CVSF. Anexo n. 2. Barragem de Tres Marias. In: Serebrenick, 1961: 84-100). Foram 900 propriedades desapropriadas em seis municípios (S. Gonçalo do Abaeté, Morada Nova de Minas, Pompéu, Corinto, Felixlândia, Abaeté). (Cf. BRASIL. CODEVASF.Desapropriação de Três Marias. Relatório Codevasf, 12/12/1978).

Sobre o financiamento, foram 7,7 bilhões do governo federal, sendo 3,6 bilhões da CVSF e 4,1 bilhões do BNDE, sob a forma de empréstimo a longo prazo. O empreiteiro geral foi a empresa “Corinto e Cia Construtora Três Marias”, nome nacional para abrigar o consórcio que abrigava as seguintes empresas, todas de origem norte-americanas: Morrison KnudsenCo. Inc., Raymond Concrete Pile Co., Utah Cosntruction, Kaiser engineers. A tubulação, da Chicago Bridge do Brasil. Tudo isso sob a supervisão geral da CEMIG, mas os equipamentos principais são de empresas estrangeiras, ou seja, tecnologia, patentes etc., de outros países. Pode parecer senso comum, mas são características inerentes ao chamado nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950, que de “nacional”, efetivamente, possuía somente a ideologia. Os engenheiros Mário Behring e João Camilo Pena afirmavam:

a energia de Três Marias se destina principalmente às indústrias metalúrgicas que exploram os minérios ricos da região central do Estado de Minas Gerais. Siderúrgicas como a Companhia siderúrgica Belgo Mineira, Companhia Siderúrgica Mannesmann e a Usiminas, serão abastecidas com esta energia e também as novas usinas de alumínio e zinco que estão se instalando no Estado (19 de janeiro de 1960. Por: Mário Behring- vice-presidente Cemig e João Camilo Pena- assistente da diretoria de Engenharia de operação da Cemig. A barragem de Três Marias. P. 2. Cemig. Proj. Memória)

No jornal *Estado de Minas*, domingo, 15 de janeiro de 1961, anunciava-se a obra, em tom triunfal – “Inaugurada ontem a quinta barragem do mundo: Três Marias”. Subtítulo: “Três Marias, empreendimento que consagrará uma administração” – , mas omitia-se a informação da citação anterior, do sentido mais “forte” da usina, de fornecer energia às grandes mineradoras no entorno de Belo Horizonte. Consta no *Estado de Minas* que, p. 1: “Em julho ou agosto próximo, Três Marias deverá estar fornecendo energia para Minas, com a capacidade inicial de 65 000 kw.” Linhas de transmissão em 300 000 volts para o sistema da região central de Minas e linhas de 138 000 volts para o Norte de Minas a cargo da CVSF) e para a região Patos-Patrocínio, interligando-se, eventualmente, com a linha de Peixotos a Araxá.” Vale transcrever uma parte da matéria de outro jornal, *Folha de Minas*,

a seca – terá sua solução natural com o represamento do rio, pois isso possibilitará de agora em diante o controle do seu regime de águas durante os longos períodos de estiagem. Até sáfara (sic) de baixa produtividade agrícola estará redimida pela irrigação e pastagens e fazendas de cultura aparecerão, por certo onde se estendem latifúndios ou glebas devolutas sem nenhum sentido econômico. Também o fenômeno desolador das enchentes que anualmente ameaçam ou destroem no São Francisco plantações e núcleos de habitação não se repetirá com as alarmantes proporções que traz em constante desassossego as populações ribeirinhas. A própria navegação fluvial cujo desgaste se verifica de ano para ano em face do pequeno volume de água assinalado nas estações secas, retomará com Três Marias

a sua antiga importância como veículo de comércio e escoamento de riquezas no largo trecho navegável do rio. A barragem que se inaugura aumentará, por sua vez, de cerca de cem por cento a capacidade geradora da usina de Paulo Afonso, refletindo de maneira poderosa na redenção definitiva das áreas subdesenvolvidas do nordeste.

Vinculando o seu governo a esta notável iniciativa que é Três Marias, o governador Bias Fortes deixa assentada, em bases seguras as possibilidades de expansão da indústria mineira (Folha de Minas, 14/01/1961:01),

Os termos utilizados são os mais positivos possíveis, “redenção definitiva”, “solução”, “aumento da capacidade geradora”, em contraste com a visão sobre a região: estiagem, baixa produtividade, “pastagens e fazendas sem nenhum sentido econômico”, enchentes desoladoras, alarmantes proporções, etc. Estava em questão, sobretudo, “a expansão da indústria mineira”. Quem poderia ser contra tal empreendimento? Talvez aqueles que vivessem nas terras sem ‘nenhum sentido econômico’... Logo depois, na mesma reportagem, afirma-se, embora destacando mais a atuação do governador Bias Fortes, que houve “decisiva cooperação” do presidente Juscelino Kubitschek.

Todavia, mesmo com essas indicações de campanhas positivas de jornais de grande circulação, houve divergências e polêmicas envolvendo tanto a construção de Três Marias, quanto de Furnas (Cf. CORRÊA e PAULA, 2014), consideradas digna de menção em uma publicação comemorativa dos 35 anos da Cemig (1987). Segundo essa nota, os debates se desenrolaram no ano de 1956 na Assembléia Legislativa de Minas Gerais e repercutiram na imprensa, a ponto de levar Lucas Lopes, então já presidente do Bnde, a esclarecer, em transmissão televisiva e também por meio de palestra na Associação Comercial de Minas, a “verdadeira” situação de Furnas e Três Marias, explicando suas características específicas e formas de financiamento.

Lucas Lopes acentuou seu papel decisivo nas negociações, que pareciam ter que, de certa forma, equacionar atribuições e financiamentos de parte da Cvsf e da Cemig e, talvez, com isso, responder às cobranças políticas:

de certa forma, polarizei a decisão. Eu sabia que a Comissão [CVSF] tinha recursos para aplicar em Três Marias: combinei com o pessoal da CEMIG estudar um projeto para que parte das obras hidráulicas, a barragem e as tomadas d’água fossem feitas pela Comissão; e que a CEMIG instalaria unidades de geração próprias ao pé dessa barragem. Então, fez-se um acordo: a obra era da Comissão, mas a utilização seria da CEMIG. O quilowatt gerado seria da CEMIG, e a barragem, da Comissão, porque era uma obra de múltipla finalidade. Nós

montamos um esquema pelo qual a CEMIG teve uma delegação da Comissão para fazer a obra. Inclusive a concorrência para construção da obra, feita pela Comissão com o apoio da CEMIG e do BNDE. O projeto final foi revisto pela Internacional de Engenharia e, depois, feita a concorrência; a CEMIG liderou a construção, no governo Juscelino Kubitschek (CEMIG. Projeto memória, v. 1. Lucas Lopes, 1986:48)

Lucas Lopes detinha, de fato, informações estratégicas dessa obra e de sua tramitação, já que fora um de seus principais planejadores e executores, como veremos mais adiante. Enfim, com resistências, as obras continuaram a ponto de serem inauguradas no apagar das luzes do governo JK, que já preparava o terreno para seu suposto retorno à presidência, escorado na importância estratégica de obras como as de Três Marias, Furnas e na própria construção de Brasília, a “meta-síntese” do Plano de Metas.

Em uma reportagem, de cunho, além de técnico, também político, louvando os novos empreendimentos de Três Marias e de Furnas, o engenheiro e membro da União Democrática Nacional (UDN), Maurício Joppert da Silva, especifica as características técnicas da barragem de terra (inovação para a época): 2.700 m. de comprimento na crista, 75 m de altura sobre o fundo do rio, com uma espessura máxima na base de 600 metros. O reservatório inundaria uma área de 1.350 quilômetros quadrados, estendendo-se a 145 quilômetros a montante, ultrapassando a embocadura do rio Pará, outro afluente importante do São Francisco, em seu curso superior. Na avaliação de Joppert, a usina de Três Marias não somente regularizaria o regime das águas, como facilitaria a navegação em trechos como Pirapora e Juazeiro e propiciaria, ainda, um melhor aproveitamento da potência da usina de Paulo Afonso: “era por assim dizer uma redescoberta do Brasil, não estimulada pelo ouro aluvionar, mas pela utilização desta energia que Deus espalhou pela terra para dignificar o trabalho do homem.” (SILVA, 1958:37)

Podemos deduzir, desse excerto da análise de Joppert, conjugada com as fontes citadas anteriormente, que a construção de Três Marias revestiu-se tanto de importância técnica quanto política, em termos regionais e nacionais. Com o passar do tempo, a obra que era de “múltiplas finalidades”, restringiu-se à geração de energia elétrica e, ao invés de minorar o problema das enchentes, controlando a vazão do rio, acabou por incrementá-las. Em reportagem no *Estado de Minas*, o repórter Domingos Sávio menciona algumas das grandes enchentes ocorridas de 1979-81 e afirma:

(...) escravizando à produção exclusiva de quilowatts, o reservatório é mantido permanentemente em níveis de pré-transbordamento.

(...) Quando as chuvas são mais fortes, a represa tem que ser descarregada, inevitavelmente, nos piores momentos. Em vez de evitar a junção das águas do São Francisco com o rio das Velhas e com o Paracatu, Três Marias atira por sobre esses rios um caudal equivalente a vários rios São Francisco (Domingos Sávio. Vale ainda espera que o flagelo das enchentes possa ser vencido, 1981)

É interessante observar a continuidade de projetos nos anos 1950/60 por meio de seus idealizadores e executores. O caso de Lucas Lopes (já ressaltado em outros trabalhos: Dulci, Araújo, dentre outros) é muito emblemático, não somente por sua trajetória pessoal em várias agências estatais nesse período crucial, tanto em nível do estado de Minas Gerais, quanto federal, mas porque ele agregou outros engenheiros, que foram os posteriores gestores da Cemig, Furnas, Eletrobrás, Ministério das Minas e Energia etc., dos anos 1950 em diante. Para Lopes, a CEMIG formou uma grande capacidade de elaborar projetos e

teve o grande mérito de formar uma equipe com uma visão muito boa de futuro. Não estávamos ali para fazer as obras que Juscelino havia prometido. Sabíamos que no dia seguinte precisaríamos continuar a fazer obras. Nunca tivemos a preocupação de fazer projetos para candidatos políticos, de saber quem vinha depois. Os projetos surgiam em função da realidade geográfica e energética (Lopes, 1991:137. Grifos da autora)

Tais engenheiros pensaram a Cemig além das fronteiras de Minas (Id., p. 138), criando também o projeto de Furnas e demais projetos no rio Grande “que iriam transformar aquele núcleo central de Minas na base do sistema interligado brasileiro de energia elétrica” (Id., *ibid.*). De todo modo, os projetos foram elaborados para além de sua realidade “geográfica e energética”, conjugando questões políticas com outras mais amplas vinculadas à lógica estatal naquele momento e à própria expansão do capital. Algumas regiões e sub-regiões foram “eleitas” por serem capazes de cumprir uma função dentro da opção econômica considerada estratégica, que era prover de energia o entorno de Belo Horizonte, região considerada com mais potencial econômico, bem como prover a mesma região de fontes abastecedoras de alimentos e matérias-primas para a indústria. Esse desenvolvimentismo “seletivo” seguiu os eixos de interesse dos donos do capital, às vezes mesclados em (e disputados por) interesses de frações de classe dominantes locais. Os engenheiros, naquele período foram, então, os artífices dessa hegemonia. Todavia, o caráter classista desses empreendimentos raramente aparece, pois eles são sempre visto como “geral”, para o benefício de todos. Vejamos alguns cargos ocupados por Lopes, a partir do final dos anos 1940 e no período chave dos anos 1950:

QUADRO 1: LUCAS LOPES – ATUAÇÃO PROFISSIONAL

PÚBLICA/PRIVADA, 1940-1959

Instituição	Função	Período
Companhia Brasileira de Engenharia	Coordenador do Plano de Eletrificação de Minas Gerais	1940/1950
Comissão Vale do São Francisco	Diretor do Plano de Obras	1949/1951
Comissão Mista Brasil-Estados Unidos	Membro	1951/1954
Centrais Elétricas de Minas Gerais	Organizador e presidente	1951/1954 e 1955
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico	Membro do Conselho de Administração e Presidente	1951/1958
Conselho de Desenvolvimento	Secretário	1956/1958
Ministério da Viação e Obras Públicas	Ministro	1954/1955
Ministério da Fazenda	Ministro	1958/1959

Fonte: LOPES, Lucas. [Depoimento]. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1981 (mimeo).

No Plano de Eletrificação de Minas Gerais, elaborado pela CBE a pedido da Secretaria de Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, Lopes elabora não somente um diagnóstico do setor no estado, como também indica diretrizes políticas de eletrificação e estruturação de órgãos responsáveis. Logo depois, foi criada a CEMIG, justamente no formato de *holding*, modelo empresarial de economia mista, com a participação de empresários no seu conselho e de engenheiros próximos a Lopes no núcleo técnico (Mauro Thibau, John Cotrim, Mário Behring). Foi o modelo defendido por Lopes (Lopes, 1991, p. 128/129). Incluiu a hidrelétrica de Três Marias no planejamento da CVSF, enquanto obra de múltiplas finalidades (controle de enchentes, geração de energia, propiciadora de navegação, etc.). Três Marias foi executada por meio do acordo entre Cemig e CVSF – nessa época, Lopes estava na diretoria da Cemig. E, para finalizar essa síntese, no BNDE foi o agente responsável pela articulação para parte do financiamento da obra, não esquecendo que também foi Ministro da Fazenda nesse período. Portanto, percebemos a atuação de Lopes em todas as fases de Três Marias, em postos-chave distintos, desde a sua concepção, inclusão nos projetos mineiros e federais, bem como no financiamento, em momento crucial na execução da obra. Buscava-se os “50 anos em 5”, lema do governo JK e a centralização de decisões em torno de alguns sujeitos-chave no Executivo foi uma das maneiras de driblar as “árduas” negociações no legislativo (Cf. Mendonça, 1985: 53)

Segundo Lucas Lopes, a equipe que ele reuniu ao seu redor na CBE e na CEMIG tornou-se o “núcleo da elite que iria construir Furnas, Três Marias e liderar a formulação e

construção dos novos grandes sistemas elétricos do Brasil” (1981:09). Para ele, a sua participação na CMBEU rendeu-lhe o conhecimento dos esquemas de financiamentos que seriam doravante recomendados ao governo brasileiro e, assim, ele “adquiriu uma visão nacional dos programas que seriam executados”, tanto que conseguiu financiamento para os projetos de Itutinga, Salto Grande do Santo Antônio e depois, Furnas, primeiro grande projeto da Eletrobrás, concebido pela equipe da Cemig e financiado pelo Banco Mundial (1981:12). Foram projetos interligados pela atuação dos mesmos agentes, alguns com maior proeminência, como Lopes. Todos eles enquadrados no nacional-desenvolvimentismo, focados no planejamento estatal, mas sem restrições tanto ao capital nacional quanto, principalmente, o estrangeiro. As entrevistas de Lopes indicam um verdadeiro trabalho de articulação interna e internacional na captação desses investimentos.

Dessa forma, o desenvolvimento seletivo se interiorizava, por meio da ação de agentes públicos e privados, mas em focos regionais específicos, rumo àquelas áreas que teriam importância econômica no fomento às indústrias de base e de bens de consumo, tão caras ao projeto do governo JK. A atuação da CVSF e depois, da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959 e idealizada por Celso Furtado contribuíram enormemente para essa interiorização. Tais áreas e suas populações seriam alvos de estudos, projetos e obras em escalas cada vez mais aceleradas, em nome de um suposto interesse geral, nacional, mas que trazia, em sua trama histórica, interesses privados nacionais e internacionais.

Iniciativas como a criação da Sudene visavam, em tese, conter o fluxo migratório para os grandes centros, ou, nas palavras de Octávio Ianni: “... procurava-se controlar e reverter o fluxo de renda do Nordeste para outras regiões, particularmente o Centro-Sul”, (1984, p. 209) criando e aperfeiçoando novas condições fiscais e financeiras favoráveis à diversificação do setor privado da economia. Por outro lado, essas iniciativas também significavam uma resposta dos agentes do Estado brasileiro à intensificação das lutas sociais no campo, nos anos 1950, como a criação e expansão das Ligas Camponesas e também com a reestruturação do poder regional, com objetivos, recursos econômicos e técnicas de atuação distintas daquelas pré-existentes. Naquela época, para Ianni, “(...) estava em curso a transição do estilo oligárquico de decisão e ação, quanto a assuntos econômicos, para um estilo propriamente burguês.” (Idem, p. 215). Para esse autor, a criação da Sudene “representou a chegada da

Revolução de 1930 no Nordeste” (idem, p. 216). Nesse sentido podemos relacionar essa análise de Ianni com a de Francisco de Oliveira: “os anos cinqüenta marcam o aprofundamento da divisão social do trabalho na direção da industrialização, tornando a indústria o motor e o centro dinâmico da economia, portanto de sua expansão” (OLIVEIRA, 1977:115). Emergiram, nesse período, duas forças sociais novas em termos de qualidade (ambas já existentes, mas com sentido diferente), que vão se redefinir política e economicamente: Estado e capital estrangeiro. O Estado,

vem e realiza, através de uma socialização das perdas, certas tarefas da acumulação que a contradição burguesia nacional versus imperialismo tornava incapaz de fazer nascer, consolidar e aprofundar na economia brasileira. Com isso, ele emerge, mantendo, é claro, seu papel de mediador entre as diversas forças sociais em ação, mas emerge com uma qualidade própria, isto é, na qualidade de produtor de mercadorias e de serviços. (OLIVEIRA, 1977:117/118).

O capital estrangeiro, por sua vez, passou a potencializar a exploração do trabalho mediante o uso e domínio da tecnologia em processos, máquinas e equipamentos (Idem, p. 117). Essa é, para Oliveira, a equação original surgida nos anos 1950 que será, doravante, aprofundada. Tratava-se, portanto, de todo um conjunto de ideais e de práticas vinculadas a uma função qualitativamente distinta do Estado brasileiro, que foi tecida por meio de embates sociais e que abrange variados espaços no campo e na cidade.

Os empreendimentos da Cvsf, Tres Marias, Cemig, Furnas, a anterior Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1948) e a hidrelétrica de Paulo Afonso, Sobradinho (Ver SYGAUD, 1986), a construção de Brasília etc., fazem parte de ações de cunho desenvolvimentistas que incluíram vastas sub-regiões de Minas Gerais, Centro-Oeste e Nordeste no mapa econômico nacional. O que, nem de longe, resolveu os problemas sociais que sempre voltam à tona e que são usados para novos projetos que beneficiam em maior escala os detentores do capital, utilizando sempre argumentos ligados ao “progresso”, geração de empregos, etc.⁴ Ou seja, o “atraso”, o “subdesenvolvimento”, “interesses regionais”⁵ são sempre invocados para a realização de novos projetos, ou “progresso”, que ampliam a escala da expropriação. Sabemos que as populações se manifestam, com resistências, às vezes forçando modificações nos planos originais, obtendo algumas conquistas. Mas, tais conquistas

⁴ No ano de 2000, enquanto os 10% mais ricos se apropriavam de 51% da renda total e os 20% mais ricos, de 66% dela, os 20% mais pobres ficavam com apenas 2% e os 40% mais pobres, com 8%. Esse era o quadro da desigualdade social em Minas Gerais que, com poucas alterações, se mantém. Evidentemente, coerente com o quadro social geral do país. (Horta et. al, p. 20.)

⁵ Sobre a questão regional e o regionalismo norte mineiro e suas utilizações políticas, ver Pereira, 2007.

parciais permanecem dentro dos do jogo capitalista e não são definitivas. Temos, no Brasil, limites muito estreitos para o campo da chamada democracia burguesa. E não há como decifrá-la se não se compreende o papel do Estado. Daí o papel teórico-metodológico fundamental desempenhado pelas reflexões de Antônio Gramsci, para quem o Estado é uma relação permanentemente conflituosa, englobando tanto a sociedade civil (conjunto de indivíduos organizados nos chamados aparelhos privados de hegemonia) quanto a sociedade política (conjunto de agências do poder público ou o Estado no sentido restrito, responsável, inclusive, pela coerção), ou seja, o Estado é uma relação hegemônica revestida de coerção. Nesse sentido, é possível perceber a formação do consenso por meio dos diversos aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2000, V. 3). Segundo Sonia Mendonça:

Pensar o Estado gramscianamente, é pensá-lo sempre a partir de uma dupla questão: as formas dominantes na produção (classes e frações de classe) se constituem e se consolidam através de organizações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que em todo aparelho ou órgão público, estão presentes, sempre, projetos ou atores sociais vinculados a alguma (s) agência (s) da sociedade civil. Uma delas, certamente, possui papel hegemônico junto ao dado organismo, porém outras também lá se fazem presentes, através de seus representantes ou intelectuais. (MENDONÇA, In: MATTOS: 20-22)

As classes, suas frações e seus intelectuais orgânicos não são analisados enquanto entidades abstratas, mas “se constroem e se reconstróem no cotidiano de suas práticas políticas, logo, elas têm rostos, identidades, história, enfim” (MENDONÇA, In: MATTOS: 20-22). Para Gramsci, todas as pessoas são intelectuais, mas somente algumas exercem a função de intelectual: “[...] que é diretiva, e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual” (GRAMSCI, 2001:25). Os *intelectuais orgânicos*, ideologicamente denominados técnicos, em várias gradações e divisões de trabalho e de prestígio, são responsáveis pela organização da hegemonia social e do domínio estatal, expressando, portanto, interesses de grupos dominantes (GRAMSCI, 2001:21). Na aparência e no discurso tais projetos são travestidos de apoliticismo e de racionalidade burocrática, mas na essência encontram-se interesses permanentemente em conflito, tanto intra quanto inter-classes, em disputa por hegemonia.

A partir de conceitos advindos da obra de Gramsci objetivamos entender parte da trajetória do desenvolvimentismo no Brasil, a gestação de políticas públicas, problematizando a atuação da CVSF e a construção da usina de Três Marias, no exercício de desnaturalizar questões relativas às políticas públicas e econômicas geralmente relegadas ao campo da

inevitabilidade, naturalidade e neutralidade. Percebemos que os projetos vencedores ligados ao desenvolvimento capitalista foram (e têm sido) forjados em debates e combates travados em torno de questões-chave do período, como obras de infra-estrutura, que contribuíram para subordinar a agricultura e grande parte da população do campo à lógica urbano-industrial.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Fernanda da Costa M. *“Da solidariedade econômica ao ativismo político”*: o caso Lucas Lopes. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. *Tecnoburocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969)*. Tese (Doutoramento em História Econômica). Departamento de História – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2012.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1996.
- CARDOSO, Heloisa H. P. *Conciliação, Reforma e Resistência: governo, empresários e trabalhadores em Minas Gerais nos anos 50*. Tese (Doutoramento em História Econômica). Departamento de História – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 1998.
- CORRÊA, M. L., PAULA, D.A. A Central Elétrica de Furnas e o desenvolvimentismo no Brasil (1952-1965). *América Latina en la Historia Económica*, año 21, num 2, mayo-agosto, 2014, pp.143-165.
- DULCI, Otávio S. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Humanitas, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v. 2. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v. 3. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HORTA, Cláudia Júlia G., PRATES, Fernando M., MARQUES, Maria Luiza de A., COSTA, Mônica G., NOGUEIRA, Olinto José O., CATILHO, Vera S. Estudo baseado no Atlas de desenvolvimento humano no Brasil (1991-2000). Belo Horizonte: Fund. João Pineiro. Disponível em: WWW.bibliotecadigital.mg.gov.br. Acesso em 16/01/2014.
- IANNI, Octávio. *As origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo; Brasiliense, 1984.
- MATOS, R., LOBO, C., STEFANI, J., BRAGA, F., VALLE, P. Reestruturação do espaço regional e fluxos migratórios na bacia do São Francisco. Disponível em: WWW.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic_sec_1_ree_esp_reg.pdf. Acesso em 16/01/2014.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Sociedade. In: Mattos, Marcelo B. (org.) *História: pensar & fazer*. Niterói-RJ: Laboratório Dimensões da História/UFF, 1998, p. 13-32.
- _____. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- PAULA, Dilma Andrade de. Estado brasileiro e desenvolvimento regional: o debate parlamentar na constituição da Comissão do Vale do São Francisco (1946-1948). *Revista de História Regional* (17):233-257, 2012.
- PAULA, D. A. ; NUNES, Leandro Jose . Projetos de desenvolvimento no Médio São Francisco e o caso da criação da hidrelétrica de Três Marias: perspectivas de investigação histórica. *Caminhos da História* (UNIMONTES), v. 18, p. 161-186, 2014.

- PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. São Paulo. Tese (Doutorado em História), Departamento de História – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em WWW.teses.usp.br Acesso em 08/12/2009.
- SIGAUD, Lygia et alli. *A dupla expropriação do campesinato e a concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 1986 (mimeo.).

Fontes

- BEHRING, Mário e PENA, João Camilo. A barragem de Três Marias. Tiragem Especial do n. 15 da *Electricidade*.
- BRASIL. CODEVASF. *Desapropriação de Três Marias*. Relatório Codevasf, 12/12/1978.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. *Plano geral para o aproveitamento econômico do Vale do São Francisco*. Elaborado pela Comissão do Vale do São Francisco, de acordo com o disposto no Art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e na Lei n. 541, de 15 de dezembro de 1948. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. 170 p. e Anexos.
- BRASIL. Presidência da República. CVSF. *O desenvolvimento econômico do São Francisco*. Um planejamento regional em marcha, pelo engenheiro SEREBRENICK, Salomão, diretor da divisão de estudos e projetos. Rio de Janeiro, 1961.
- BRASIL. Presidência da República. CVSF. *Contribuição do governo do presidente Getúlio Vargas à recuperação econômica do Vale do São Francisco*. Programa para o quinquênio 1951-1955. Rio de Janeiro, 1951, 70 p.
- BRASIL. CVSF. MINAS GERAIS. CEMIG. *Três Marias*.
- CEMIG. Projeto Memória, v. 1. Lucas Lopes, depoimento, 1986. Belo Horizonte, 1993.
- JK em Três Marias, “Brasil venceu complexo de inferioridade”. *Folha de Minas*, 14/01/1961, 1ª página.
- LOPES, Lucas. [Depoimento]. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1981 (mimeo).
- LOPES, Lucas. *Memórias do desenvolvimento* – depoimento. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991.
- MINAS GERAIS. CENTRAIS ELÉTRICAS DE MINAS GERAIS. Projeto Memória. *Cemig: 35 anos*. Belo Horizonte, 1987, 186 p. Ilustrado.
- SÁVIO, Domingos. Vale ainda espera que o flagelo das enchentes possa ser vencido. *Estado de Minas*, 1981. (Coleção Lucas Lopes)
- SILVA, Mauricio Joppert da. Três Marias e Furnas. *Revista do Clube de Engenharia*, Rio de Janeiro, n. 259, março de 1958
- Três Marias, uma grande realização. *Estado de Minas*, 14/01/1961.
- Três Marias. *Folha de Minas*, 15/01/1961.